



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução nº 21/2008: (II Série)

Dando por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Carlos Alberto de Sousa Monteiro, no cargo de Director-Geral do Orçamento, Planeamento e Gestão do Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos.

Resolução nº 22/2008: (II Série)

Nomeia, Clarimmundo Pina Gonçalves, para exercer, em comissão ordinária de serviço as funções de Director-Geral do Orçamento, Planeamento e Gestão do Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério das Finanças:

Direcção de Administração.

Ministério das Finanças, Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos e Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Gabinete dos Ministros.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e da Reinserção Social.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Gabinete da Ministra.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Recursos Humanos.

Universidade de Cabo Verde.

Procuradoria-Geral da República:

Conselho Superior do Ministério Público.

Município do Maio:

Câmara Municipal.

Município de São Vicente:

Assembleia Municipal.

Município de São Domingos:

Câmara Municipal.

Município do Sal:

Câmara Municipal.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 21/2008 (II Série)

de 12 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República de Cabo Verde e nos termos do artigo 6º, nº 4 do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Carlos Alberto de Sousa Monteiro, referência 14, escalão C, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, no cargo de Director-Geral do Orçamento, Planeamento e Gestão do Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos.

Artigo 2º

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 22/2008 (II Série)

de 12 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República de Cabo Verde e nos termos do artigo 6º, nº 1 do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É nomeado, Clarimundo Pina Gonçalves, técnico superior, referência 14, escalão C, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Pecuária e Silvicultura, para exercer, em comissão ordinária de serviço as funções de Director-Geral do Orçamento, Planeamento e Gestão do Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos.

Artigo 2º

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral de Administração Pública

Despachos de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Julho de 2008:

Gerson Solovano Ribeiro Soares, licenciado em Direito - nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director de Serviço de Segurança Social, da Secretaria de Estado da Administração Pública, nos termos do nº 1, do artigo 1, nº 1, alínea *d*) do artigo 2º e número 3 do artigo 3º todos do Decreto Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com as alíneas *b*) dos artigos 12º e 14º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 3.01.01.02. do orçamento da Direcção-Geral da Administração Pública da Secretaria de Estado da Administração Pública. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Outubro de 2008).

De 11 de Setembro:

Pedro Alexandrino Évora Tavares, oficial principal, referência 9, escalão D, do Ministério da Saúde - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, conforme a publicação no *Boletim Oficial* nº 27, II Série de 12 de Julho de 1996, concedida aposentação definitiva, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea *b*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 613.128\$00 (seiscentos e treze mil, cento e vinte e oito escudos), calculada de conformidade com o artigo 37º e com observância ao artigo 57º, ambos do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 19 de Setembro de 2005, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 03 anos 11 meses e 18 dias.

A dívida no montante de 57.556\$00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis escudos) deverá ser amortizada em 50 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1157\$00 e as restantes no valor de 1.151\$00.

Henrique José Oliveira Vera Cruz, médico principal, Escalão. 1, Índice 200, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, conforme a publicação no *Boletim Oficial* nº 17, II Série, de 30 de Abril de 2008, concedida a aposentação definitiva, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para o exercício da sua profissão, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitida em sessão de 12 de Outubro de 2006 e homologada por despacho de S. Exª o Ministro da Saúde em 23 de Outubro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 2.444.724\$00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e quatro escudos), calculada de conformidade com o artigo 37º e com observância ao artigo 57º, do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 2 de Abril de 2007, do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 1 ano, 9 meses e 26 dias.

A dívida no montante de 83.966\$00 (oitenta e três mil, novecentos e sessenta e seis escudos) poderá ser amortizada em 24 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 3.489\$00 e as restantes no valor de 3.499\$00.

Deolinda Baptista de Carvalho, professora do ensino secundário, referência 8, escalão E, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, conforme publicação feita no *Boletim Oficial* nº. 35/2006, II Série, de 6 de Setembro, concedida a aposentação definitiva, nos termos do artigo 5º nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão anual de 1.039.608\$00 (um milhão, trinta e nove mil, seiscentos e oito escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com os artigos 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Olívio Socorro Barbosa, juiz adjunto principal, do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, conforme publicação feita no *Boletim Oficial* II Série nº 47 de 6 de Dezembro de 2007 - concedida a aposentação definitiva, nos termos do artigo 5º nº 1 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 1.424.052\$00 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, cinquenta e dois escudos) calculada de conformidade com o artigo 37º, e com observância do artigo 57º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

José Eduardo Gama Rodrigues Tavares, técnico profissional de primeiro nível, referência 8, escalão D, do quadro definitivo do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos - desligado

de serviço, para efeitos de aposentação o, nos termos do artigo 5º n.º 1 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 457.404\$00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Carlos Alberto Baptista, condutor auto pesado, referência 4, escalão E, da Presidência do Conselho de Ministros - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 2 alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para o exercício de sua actividade profissional, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 21 de Dezembro de 2007 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 11 de Fevereiro de 2008, com direito a pensão anual de 289.116\$00 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e dezasseis escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 29 anos e 2 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Julho de 2008 do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 7 anos e 4 meses de serviço.

O montante em dívida no valor de 70.840\$00, (setenta mil, oitocentos e quarenta escudos) poderá ser descontado em 70 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira e as restantes no valor de 1.012\$00.

Luís de Sousa Nobre Leite médico principal, escalão II, índice 190, do quadro do Ministério da Saúde, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 1.907.400\$00 (um milhão, novecentos e sete mil e quatrocentos escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 10.12, Div. 16, Código 35.03.01.01 do Orçamento vigente.

Maria Eduarda Neves Almeida Vasconcelos, professora do ensino secundário, referência 9, escalão B, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 1.022.040\$00 (um milhão, vinte e dois mil e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Alexandre Zacarias da Luz, oficial administrativo, referência 8, escalão B, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades - aposentado, nos termos do artigo 5º n.º 1, b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 146.904\$00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 18 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 31 de Março de 2008, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 10 anos, 10 meses e 20 dias.

A dívida no montante de 197.909\$00, (cento e noventa e sete mil, novecentos e nove escudos), poderá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.188\$00 e as restantes de 1.099\$00.

Ana Mafalda Moreno Carvalho Silva, monitora especial, referência 5, escalão D, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do

Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 632.664\$00 (seiscentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro escudos) calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Maio de 2008, do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente aos períodos de 1 ano, 8 meses e 9 dias.

A dívida do montante no valor de 26.266\$00, (vinte e seis mil, duzentos e sessenta e seis escudos) poderá ser amortizada em 35 prestações mensais e consecutivas sendo a primeira no valor de 766\$00 e as restantes no valor de 750\$00.

José Pedro da Paz Monteiro, professor do ensino primário, referência 3, escalão E, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 592.020\$00 (quinhentos e noventa e dois mil e vinte escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 8 de Abril de 2008, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 5 meses e 16 dias.

A dívida no montante de 193.752\$00 (cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e dois escudos), poderá ser amortizada em 150 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.244\$00 e as restantes no valor de 1.292\$00.

Euclides dos Santos, professor do ensino básico principal, referência 7, escalão B, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 847.488\$00 (oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 31 anos e 10 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De conformidade com a declaração da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, por despacho do Director Geral de 17 de Julho de 2002, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 6 meses e 12 dias.

A dívida no valor de 111.194\$00 (cento e onze mil, cento e noventa e quatro escudos), já foi amortizada a quantia de 48.906\$00, faltando ainda por liquidar o valor de 62.288\$000

Maria Celeste da Silva Sanches Rodrigues, professora do ensino básico principal, referência 8, escalão C, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 1.315.980\$00 (um milhão, trezentos e quinze mil novecentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De conformidade com a declaração da Direcção Geral da Contabilidade Pública, por despacho do Director Geral de 13 de Junho de 1997, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 10 meses e 2 dias.

A dívida no valor de 136.284\$00 (cento e trinta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro escudos), foi amortizada a quantia de 89.652\$00, faltando ainda por liquidar o valor de 46.632\$000.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Outubro de 2008).

Josefa Quebra Tavares, professora primária, referência 3, escalão D, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 573.408\$00 (quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública de 1 de Agosto de 2008, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 2 meses e 9 dias.

A dívida no montante de 174.010\$00 (cento e setenta e quatro mil e dez escudos), poderá ser amortizada em 110 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.572\$00 e as restantes no valor de 1.582\$00.

Maria Delfina Fonseca Oliveira, professora primária, referência 3, escalão B, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 506.976\$00 (quinhentos e seis mil, novecentos e setenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Maria da Conceição Moniz Fernandes, monitora especial, referência 5, escalão C, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 595.872\$00 (quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De conformidade com declaração da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, por despacho do Director-Geral foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 13 anos, 2 meses e 16 dias.

A dívida no montante de 141.306\$00 (cento e quarenta e um mil, trezentos e seis escudos), já foi amortizada a quantia de 121.675\$00, faltando ainda por liquidar o valor de 19.631\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Outubro de 2008).

De 12:

Paula Lopes Soares Firmino, mestre de oficina, referência 6, escalão E, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, conforme publicação feita no *Boletim Oficial* n.º 16/2007, II Série, de 25 de Abril - concedida a aposentação definitiva, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão anual de 539.556\$00 (quinhentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com os artigos 37º do mesmo diploma, correspondente a 28 anos e 7 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 4 de Maio de 2000, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, cujo montante em dívida é de 185.127\$00 (cento e oitenta e cinco mil, cento e vinte e sete escudos), que poderá ser amortizada em 200 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 853\$00 e as restantes no valor de 926\$00.

Maria Margarida Lima dos Santos Tavares, monitora especial, referência 5, escalão D, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado do artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 632.688\$00 (seiscentos e trinta dois mil, seiscentos e oitenta e oito escudos) calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 11 de Junho de 2007, da Directora-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente aos períodos de 1 ano, 8 meses e 8 dias.

A dívida do montante no valor de 48.437\$00, (quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete escudos) poderá ser amortizada em 8 prestações mensais e consecutivas no valor de 1.345\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Outubro de 2008).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 10.12, Div.15, Código 35030101 do Orçamento vigente.

De 1 de Outubro:

José Paulino Fonseca Modesto, inspector tributário superior, referência 15, escalão E, da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 2.210.580\$00 (dois milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e oitenta escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artº 370 do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

João Nascimento Delgado, 1º subchefe, referência 5, escalão D, da Polícia Nacional - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 73º, alínea c), do Estatuto do Pessoal Policial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/98, de 26 de Outubro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 12/2006, com direito a pensão anual de 1.041.636\$00 (um milhão, quarenta e um mil, seiscentos e trinta e seis escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capº 10.12, Div. 16, Cod. 35.03.01.01, do orçamento vigente. - (Visados pelo Tribunal de Contas em 23 de Outubro de 2008).

De 27:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço da Isís Maria Silva Rodrigues, no cargo de Directora dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração Pública, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2008.

Despachos do Director-Geral de Contabilidade Pública, por delegação da S. Exª o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 9 de Abril de 2008:

Maria de Fátima Monteiro, na qualidade de viúva de António Cândido Duarte, que foi Cozinheiro na Cadeia Central em S. Vicente, falecido a 11 de Maio de 2004, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 alínea d) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, uma pensão de sobrevivência anual de 15.912\$00 (quinze mil, novecentos e doze escudos).

Tem a pagar a quantia de 30.390\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 232 prestações sendo a primeira prestação no valor de 131\$00 e os restantes no valor de 129\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 11 de Maio de 2004 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Outubro de 2008).

De 12 de Setembro:

Irelanda da Santíssima Trindade da Silva de Pina, na qualidade de filha maior de Mafalda da Silva, que foi professora do ensino básico, falecida a 25 de Junho de 2006 - fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e artigo 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 15.544\$00 (quinze mil, quinhentos e quarenta e quatro escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha 15.544\$00

Tem a pagar a quantia de 17.740\$00, referente a quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 140 prestações, sendo a primeira prestação no valor de 127\$00 e as restantes no valor de 87\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 26 de Junho de 2006, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Eurisandra Mafalda da Silva de Pina, na qualidade de filha maior de Mafalda da Silva, que foi professora do ensino básico, falecida a 25 de Junho de 2006 - fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 15.544\$00 (quinze mil, quinhentos e quarenta e quatro escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha 15.544\$00

Tem a pagar a quantia de 17.740\$00, referente a quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 140 prestações, sendo a primeira prestação no valor de 127\$00 e as restantes no valor de 87\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 26 de Junho de 2006, de acordo com o artigo 80º do Estatuto de aposentação e da Pensão de Sobrevivência. - (Visados pelo Tribunal de Contas em 10 de Outubro de 2008).

As despesas têm cabimento na verba da Org.10.12, Div. 15-cl. 3.05.03.01.02 do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública.

De 22:

Maxência Lima Vieira, na qualidade de viúva de Carlos Alberto de Oliveira Tolentino, que foi Adjunto do Procurador da Republica, falecido a 5 de Agosto de 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 alínea d) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela lei n.º 61/III/89, uma pensão de sobrevivência anual de 722.214\$00 (setecentos e vinte e dois mil, duzentos e catorze escudos) anual conforme a discriminação seguinte:

Viúva 722.214\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 5 de Agosto de 2007 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

A despesa tem cabimento na verba da Org. 10.12, Div. 15º-Enc. comuns, do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública. - (Visados pelo Tribunal de Contas em 21 de Outubro de 2008).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 3 de Novembro de 2008. - A Directora-Geral, *Dieta da Graça Évora*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex.ª o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Setembro de 2005:

Antonietta de Ascensão Soares Martins, médica geral, escalão I, índice 120, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril.

As despesas têm cabimento no Capítulo 1º, Divisão 3ª Código 03.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde. - (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Outubro de 2008).

De 9 de Fevereiro de 2007:

Ivone Rocha Alves, técnica profissional de 1.º nível, referência 8, escalão B, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2006.

De 14 de Setembro:

José António Mendes dos Reis, técnico superior, referência 14, escalão B, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril.

A despesa tem cabimento no Capítulo 1º, Divisão 3ª Código 03.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde. - (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Agosto de 2008).

De 8 de Outubro de 2008:

Matilde Gonçalves Lopes dos Santos, técnico profissional, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, desvinculado da Função Pública, ao abrigo do disposto no artigo 48º n.º 2 do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril.

Lígia Gomes Maurício Lima, técnica auxiliar, referência 5, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, desvinculada da Função Pública, ao abrigo do disposto no artigo 48º n.º 2 do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril.

De 3 de Novembro:

Hernâni Semedo Correia, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, desvinculado da Função Pública, ao abrigo do disposto no artigo 19º n.º 1 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Dulcineia Elisa Lima Rodrigues, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, desvinculada da Função Pública, ao abrigo do disposto no artigo 19º n.º 1 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração - por delegação de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 29 de Outubro de 2008:

Maria Cristina Lopes Correia, enfermeira geral, escalão IV, índice 110, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - concedidos 90 (noventa) dias de licença sem vencimento nos termos do Decreto-Legislativo n.º 3/92, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2008.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 4 de Novembro de 2008. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção de Administração

Extracto de contrato autorizado por S. Ex.^a a Ministra das Finanças:

De 21 de Maio de 2008:

Beatriz Lúcio Ramos dos Reis, licenciada em Auditoria e Fiscalidade, é contratada para exercer funções de inspectora tributária, referência 14, escalão A, do quadro privativo do Ministério das Finanças, na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, ficando colocado na Repartição de Finanças do Sal, nos termos na alínea a) do n.º 3 e dos n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Ericson Soares Silva, licenciada em Contabilidade e Administração - Ramo Administração e Controlo Financeiro, é contratado para exercer funções de inspector tributário, referência 14, escalão A, do quadro privativo do Ministério das Finanças, na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, ficando colocado na Repartição de Finanças do Sal, nos termos na alínea a) do n.º 3 e dos n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Recilete Delgado Jóia, licenciada em Ciências Contábeis, é contratada para exercer funções de técnica superior, referência 14, escalão A, do quadro privativo do Ministério das Finanças, no Gabinete de Estudos e Estratégia, nos termos na alínea a) do n.º 3 e dos n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 3.01.01.03, do pessoal contratado do Ministério das Finanças. – (Visados pelo Tribunal de Contas aos 27 de Outubro de 2008).

Despacho de S. Ex.^a a Ministra das Finanças:

De 22 de Outubro de 2008:

Maria de Fátima Correia dos Santos, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão D, do quadro de pessoal da Direcção de Administração, do Ministério das Finanças, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 10 de Agosto de 2006, prorrogada a referida licença por mais um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 10 de Novembro de corrente ano.

Elizabeth Fantaw Carvalho Semedo, técnica adjunto principal, referência 12, escalão E, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, do Ministério das Finanças, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Junho de 2007, prorrogada a referida licença por mais um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 30 de Julho de corrente ano.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças, na Praia, aos 6 de Novembro de 2008. – A Directora, *Carla Soares Sousa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DOS RECURSOS MARINHOS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Gabinete dos Ministros

DESPACHO CONJUNTO

Na sequência do incêndio ocorrido na noite de terça-feira, 9 de Setembro, nas instalações da “INTERBASE, SA, Empresa de Comercialização dos Produtos do Mar”, na ilha de São Vicente, os produtos armazenados ficaram inutilizados, e por razões de segurança acabaram por ser removidos e destruídos, cumprindo, assim, o disposto no Decreto-Lei n.º 86/99, que em caso de perigo para saúde do consumidor é retirado de circulação, temporária ou definitivamente o género alimentício que não esteja conforme às normas sobre a qualidade alimentar.

Consciente das responsabilidades que recaem sobre a INTERBASE, SA após o incêndio, perante os operadores económicos para o ressarcimento dos danos causados decorrentes da prestação de serviços de armazenagem dos produtos, o governo decide constituir uma equipa de trabalho para negociar, avaliar e propor a reparação dos danos.

Face ao acima exposto, os Ministros do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, das Finanças e da Economia, Crescimento e Competitividade determinam o seguinte:

1. É criada uma equipa de trabalho para avaliar, negociar e propor ao governo as indemnizações a pagar aos operadores económicos que armazenavam os seus produtos aquando do incêndio ocorrido nas instalações da INTERBASE, SA, a 9 de Setembro.

2. A equipa de trabalho criada no ponto 1, integra:

- Pedro Correia, representante do Ministério das Finanças, que coordena
- Francisca Fortes, representante do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos
- Joana Flor, representante do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade

3. Compete à equipa de trabalho:

- Identificar os operadores económicos aos quais a INTERBASE prestava serviço aquando do incêndio;
- Avaliar e negociar caso a caso os danos causados para cada operador económico;
- Realizar e propor o cômputo da indemnização para a reparação dos danos causados;
- Fazer o seguimento do pagamento das indemnizações.

Cumpra-se.

Gabinetes dos Ministros das Finanças, do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, e da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 13 de Outubro de 2008. – Os Ministros, *Cristina Duarte - José Maria Veiga - Fátima Maria Carvalho Fialho*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex.^a a Ministra da Justiça:

De 3 de Outubro de 2008:

Benvindo do Rosário Figueiredo Oliveira, técnico superior, referência 15, escalão D, do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Legislação do Ministério da Justiça, concedido licença sem vencimento de longa duração, por um período de um ano, ao abrigo do disposto no artigo 47.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Outubro.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 31 de Outubro de 2008. – O Director-Geral, *Horácio Semedo*.

Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e da Reinserção Social

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta, a lista de classificação final dos candidatos admitidos e aprovados no Curso de Formação de Guardas Prisionais de 2005, conforme a publicação no *Boletim Oficial* nº 3, II Série, de 24 de Janeiro de 2007, faz-se a rectificação para a proposta de nomeação:

Ref	Formandos	Nota (na escala de 1 a 20)	Classif. Final
1º	Alcindo dos Reis Gonçalves	14,9	Aprovado
2º	Sheila Cristina Gote Cruz	14,8	Aprovado
3º	Solange Eunice Gonçalves Cabral	14,7	Aprovado
4º	Adilson Lopes de Brito Cabral	14,4	Aprovado
5º	Maria Cristina Semedo Tavares	14,4	Aprovado
6º	Florentino António Gomes dos Santos	14,2	Aprovado
7º	Jaguelino Almeida Moreira	14,1	Aprovado
8º	António Jorge Gomes Santos	14,0	Aprovado
9º	Elizier David Nunes da Veiga	13,9	Aprovado
10º	Claudino Lopes Tavares	13,8	Aprovado
11º	Manuela Neves Pires	13,8	Aprovado
12º	Leila Cristina da Cruz Domingos	13,8	Aprovado
13º	João Evangelista Sanches Tavares	13,8	Aprovado
14º	Jairson Fonseca	13,7	Aprovado
15º	Adilson da Cruz Fortes	13,6	Aprovado
16º	Maria José Monteiro	13,5	Aprovado
17º	Tomás Tavares Andrade	13,5	Aprovado
18º	Edilson Portugal dos Reis	13,5	Aprovado
19º	Arlindo Neves Ramos	13,5	Aprovado
20º	Otelinda Pereira Ramos	13,4	Aprovado
21º	Hamilton Rodrigues Monteiro	13,3	Aprovado
22º	Isulina Iolanda Inocêncio Neves	12,9	Aprovado
23º	Adilson Espírito Santo Moreno da Veiga	12,6	Aprovado
24º	Félix Correia Ribeiro	12,6	Aprovado
25º	Maria Rosário Monteiro	12,5	Aprovado
26º	Sandra Helena da Cruz Andrade	12,0	Aprovado

Direcção-Geral dos serviços Penitenciários e da Reinserção Social, na Praia, ais 24 de Outubro de 2008. – O Director-Geral, *Fidel Tavares*.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Gabinete da Ministra

DESPACHO

Alguns problemas vêm afectando a boa imagem do turismo na ilha do Sal, o que poderá afectar o bom nome de Cabo Verde como destino turístico junto dos principais países emissores.

Face à gravidade das situações constatadas e à urgência na tomada de medidas eficazes para resolver os referidos problemas, é criada uma Comissão de Trabalho, integrada pelos elementos adiante indicados, com as seguintes atribuições:

1. Analisar os problemas que vêm afectando o turismo na ilha;

2. Preparar e propor, num prazo máximo de trinta (30) dias, um plano de acção com vista à resolução dos mesmos.

A Comissão de Trabalho é constituída pelos seguintes elementos:

- a) Dr. José Augusto Cardoso Monteiro, representante do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, que coordena;
- b) Dr. Pedro Alexandre Dupret Santana, representante da Cabo Verde Investimentos;
- c) Dr. Jorge Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal do Sal;
- d) Dr. Jorge Daniel Spencer Lima, representante da UNOTUR;
- e) Dra. Sónia Araújo, representante da Direcção Geral do Ambiente;
- f) Dra. Raquel Lopes Estrela, representante da Delegacia de Saúde do Sal;
- g) Arq. Pedro Delgado, representante da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitação;
- h) Dr. Salomão Furtado, representante da Direcção Geral da Administração Local;
- i) Senhor Manuel Tomás dos Santos, representante da Polícia Nacional;
- j) Senhor Armindo Sousa da Graça, representante do Instituto Marítimo e Portuário.

Gabinete da Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 5 de Novembro de 2008. – A Ministra, *Fátima Fialho*.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Exª a Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade:

De de 5 de Novembro de 2008:

Francisco Gomes Silva, técnico superior, referencia 13, escalão A, da Direcção-Geral do Desenvolvimento Turístico, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, destacado para a Direcção-Geral do Comércio, do mesmo Ministério, na situação de licença sem vencimento de longa duração, prorrogada a referida licença por um período de 2 (dois) anos, ao abrigo dos artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 24 de Janeiro de 2009.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 5 de Novembro de 2008. – A Directora Administrativa, *Juliana Carvalho*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos

Despacho de S. Exª a ex-Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 8 de Junho de 2005:

Nos termos da alínea b) do nº 1 II do artigo 39º, conjugado com os artigos 37º e 41º, do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, são reclassificados os indivíduos abaixo indicados para a categoria do professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

Delegação da Praia:

1. João Barreto Mendonça

Delegação de São Filipe:

1. Carlos Alberto dos Santos

Delegação de Santa Cruz:

1. Arlindo Vieira Furtado
2. Isabel Maria Ramos dos Santos
3. João Tavares Spencer
4. Maria Landim Vieira Garcia de Pina

Delegação de São Miguel:

1. Maria Teresa Vaz Furtado
2. Zita Lopes Tavares

De 15:

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 II do artigo 39.º, conjugado com os artigos 37.º e 41.º, do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são reclassificados os indivíduos abaixo indicados para a categoria do professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Delegação do Tarrafal:

1. António Dias Léger
2. Inês Correia e Silva Cardoso
3. Victória Rodrigues Tavares

Delegação de Santa Catarina:

1. Elisa Ramos Tavares
2. Manuel Tavares Vaz
3. Maria de Lourdes Almada Correia Semedo
4. Martinha Monteiro Tavares

De 24:

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 II do artigo 39.º, conjugado com os artigos 37.º e 41.º, do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são reclassificados os indivíduos abaixo indicados para a categoria do professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

Delegação do Tarrafal:

1. Antónia Gomes Estevão

Delegação de Santa Cruz:

1. José Maria Melo Silva

Delegação da Praia:

1. Maria Lucília Almeida Brito Garcia

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.00 – Reclasseificações do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Outubro de 2008).

Despacho de S. Ex.ª a Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 29 de Outubro de 2008:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Lídia Margarida dos Santos Évora, no cargo da Directora do Ensino Secundário – Via Geral, com efeitos a partir de 28 de Novembro de 2008.

De 4 de Novembro:

Elias Duarte Araújo, animador em educação de adultos, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva da Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior de São Nicolau, concedido licença sem vencimento de longa duração, por um (01) ano, nos termos dos artigos 47.º a 49.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o disposto n.º 1 do artigo 68.º de Decreto-Legislativo n.º 2/2004, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

De 5:

Elisa Correia Rodrigues, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do quadro definitivo do pessoal do Ministério da Educação e Ensino Superior, de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Novembro de 2006, prorrogada a referida licença por mais (01) um ano, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2008.

Despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Educação:

De 13 de Outubro de 2008:

Saturnino Dias de Brito, professor do ensino secundário adjunto, referência 8, escalão D, do quadro definitivo do pessoal do Ministério da Educação e Ensino Superior, concedido licença sem vencimento de longa duração, por um (01) ano, nos termos dos artigos 47.º a 49.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o disposto n.º 1 do artigo 68.º de Decreto-Legislativo n.º 2/2004, com efeitos a partir de 22 de Setembro de 2008.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 35, II Série, de 17 de Setembro de 2008, o despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Educação, de 9 de Novembro de 2007, referente a contratação, da professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Isolina Rodrigues Gomes Martins, em exercício de funções na Escola Secundária Amor de Deus, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

Isolina Rodrigues Gomes Miranda...

Deve ler-se:

Isolina Rodrigues Gomes Martins...

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 5 de Novembro de 2008. – O Director, *José Avelino Rodrigues de Pina*.

Universidade de Cabo Verde

Despacho de S. Ex.ª o Magnífico Reitor de Universidade de Cabo Verde:

De 7 de Novembro de 2008:

Em conformidade com o disposto nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2008, de 9 de Outubro, que extingue o Instituto Superior de Educação (ISE), o Instituto de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) e o Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG), o pessoal destes institutos, em regime de carreira ou provido por contrato a termo, é colocado sob gestão da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), para a qual transita na mesma categoria e situação, mediante lista nominal, com a indicação da categoria, referência e escalão, mandada publicar, por despacho do Reitor, no prazo de trinta dias subsequentes à data de entrada em vigor do referido diploma.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do citado Decreto-Lei, determino que seja publicada no *Boletim Oficial* a lista do pessoal do ISE, ISECMAR e INAG que transita para a Uni-CV, tal como consta dos anexos A, B e C, que fazem parte integrante do presente despacho e baixam assinados pelo Reitor.

Anexo A: Lista do Pessoal do extinto ISE que transita para a Universidade de Cabo Verde**1. Lista de Pessoal Docente**

Nome	Tipo de Vínculo	Categoria	Ref ^º	Escalão
Adilson Candido Mendonça de Barros	Contrato a termo	Assistente	100	A
Adriana Mendonça dos Santos	Contrato a termo	Assistente	100	A
Amália Maria Vera Cruz de Melo Lopes a)	Nomeação definitiva	Assistente Graduada	116	A
Ana Maria Almeida Domingos	Nomeação definitiva	Assistente Graduada	116	A
Antonieta Auzelinda da Conceição Lopes	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
António Filipe Lobo de Pina	Contrato a termo	Assistente	100	A
António Francisco Afonseca Martins	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	B
António Germano Lima	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	136	A
António Osvaldo Lima Évora	Contrato a termo	Assistente	100	A
Aquiles Celestino Vieira almada Santos	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Arminda Santa Cruz Brito	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	136	A
Astrigilda Pires Silveira	Contrato a termo	Assistente	100	A
Aurélio de Jesus Correia Barbosa	Contrato a termo	Assistente	100	A
Carlos Alberto dos Santos Tavares	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Carlos Bellino Sacadura	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	B
Carlos Jorge Rodrigues Spinola	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	116	A
Carmem Helena Borges Alves Almada	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Celestino Lopes de Barros	Contrato a termo	Assistente	100	A
Daniel do Rosário Medina	Contrato a termo	Professor Auxiliar	136	A
Deborah Ann Jefferson	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Elias Alfama Vaz Moniz	Contrato a termo	Professor Auxiliar	136	A
Elizabeth Alves Andrade	Contrato a termo	Assistente	100	A
Elyane Cristina Borges Dias	Contrato a termo	Assistente	100	A
Emanuel Correia de Pina	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Encarnación Lázaro Sánchez Lugo	Contrato a termo	Assistente	100	A
Etelvino Cabral Andrade Garcia	Contrato a termo	Assistente	100	A
Eurídice Maíalda de Carvalho Amarante	Contrato a termo	Assistente	100	A
Fernandina Lopes Fernandes	Contrato a termo	Assistente	100	A
Gastão Silves Ferreira Frederico	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
Irene Santos Cruz	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
João Felisberto Fernandes Semedo	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
João Lopes Filho	Contrato a termo	Professor Titular	176	A
João Neves Varela Soares de Carvalho	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
João Octávio da Rocha Nascimento b)	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	116	A
José Camilo Baptista Gomes De Pina	Contrato a termo	Assistente	100	A
José Maria Monteiro Semedo	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	B
José Maria Pereira Neves c)	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	C
José Moniz Lopes Fernandes	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Judite da Encarnação Nascimento	Nomeação definitiva	Assistente Graduada	116	A
Júlio César Delgado Freire	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	B
Larissa Ivanovna Serdukova Fernandes	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Lionilda Magda Évora Sá Nogueira	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Maria Cândida Gonçalves	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	B
Maria de Fátima Araújo Fortes	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Maria de Fátima Fernandes	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Maria de Lourdes Santos Lima	Contrato a termo	Assistente	100	A
Maria dos Reis Monteiro Gomes b)	Nomeação definitiva	Assistente Graduada	116	A
Maria do Rosário Fontainhas Silva	Nomeação definitiva	Assistente	100	A
Maria Goreti Varela Freire	Contrato a termo	Assistente	100	A
Maria Helena Vieira Martins de Sousa Lobo	Nomeação definitiva	Assistente Graduada	116	A
Mário José Carvalho de Lima	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	B
Natália Victorovna Kornysheva Dias Furtado	Contrato a termo	Professor Auxiliar	136	A
Osvaldino Augusto da Graça Barbosa de Barros	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
Paul Mendes	Contrato a termo	Assistente Graduado	116	A
Paulino Lima Fortes	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	142	B
Sandra M ^ª Semedo Carvalho Freire	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Silvestre Vieira Baptista	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Sónia Maria Duarte Melo Silva Vitória	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A
Tetyana Victorovna Kornysheva Gonçalves	Contrato a termo	Professor Auxiliar	136	A
Vera Isabel Barros Alfama	Contrato a termo	Assistente Graduada	116	A

Notas : a) Na situação de dispensa de serviço para doutoramento;

b) Na situação de licença sem vencimento de longa duração

c) Em comissão especial de serviço (Primeiro-Ministro)

2. Lista de pessoal técnico

Nome	Tipo de Vínculo	Categoria	Refª	Escalão
Aldina Medina Pires	Contrato a termo	Técnico Profissional	8	A
Alexandre Santos Fortes do Rosário	Contrato a termo	Técnico Profissional	8	A
Arsénia Maria Pinto da Luz	Contrato a termo	Técnico Profissional	8	A
Fernando Idríça Baldé	Contrato por tempo indeterminado	Técnico Superior	13	A
Ilderlindo da Costa de Pina	Contrato a termo	Técnico Superior	13	A
Marise Helena Mendes Carvalho	Contrato a termo	Técnico Superior	13	A

3. Lista de Pessoal Administrativo e Auxiliar

Nome	Tipo de Vínculo	Categoria	Refª	Escalão
Adilson Cardoso Lopes	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Alcinda Lima Dias	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
André Barreto Moura	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Benilde de Pina Gonçalves	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Benvindo Tavares da Veiga	Contrato a termo	Condutor	2	B
Carlita Fernandes Monteiro	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Danielson Teixeira Barros Pereira	Contrato a termo	Assistente Administrativo	6	A
Davidson Arrumo Gomes	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Dilma Vera Costa Pereira	Contrato por tempo indeterminado	Auxiliar Administrativo	2	C
Domingas Mendes Ribeiro da Costa	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Elisângela Samira Gonçalves	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Esmeralda Varela Almeida	Contrato por tempo indeterminado	Tesoureira	7	A
Fernando Jorge Ramos Lopes	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Joana Cristina da Graça Rodrigues	Contrato a termo	Assistente Administrativo	6	A
Manuel Azancoth Delgado	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Manuela Lima dos Santos	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Maria das Dores Tavares Sanches	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Maria de Fátima Martins Lopes Barros	Contrato a termo	Assistente Administrativo	6	A
Maria do Céu Silva da Cruz	Contrato a termo	Assistente Administrativo	6	A
Maria do Livramento da Fátima Santos da Cruz	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Maria do Nascimento Soares Rosa	Contrato por tempo indeterminado	Auxiliar Administrativo	2	F
Maria Helena Cardoso Santos Moeda	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Mónica Sofia Cruz Pina Brito	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Paulino Tavares Monteiro da Rosa	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Valdir Cardoso Lopes	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Valdir Patrick Oliveira Gamboa	Contrato a termo	Auxiliar Administrativo	2	A
Valéria Mendes Carvalho	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	D

Anexo B: Lista do Pessoal do extinto ISECMAR que transita para a Universidade de Cabo Verde**1. Lista de Pessoal Docente**

Nome	Tipo de Vínculo	Categoria	Refª	Escalão
Abel Felisberto de Oliveira Almada	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
Alcídio Jesus da Cruz	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Aldino Santos da Cruz	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Alexandrino Duarte Delgado	Contrato a Termo	Assistente Graduado	116	C
António Carlos Cruz Semedo Varela a)	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
António de Cássia Sousa Barbosa	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
Armando Augusto Ramos Ferreira	Nomeação definitiva	Assistente	100	A
Carina Eveline Monteiro Pina Fernandes	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Corrine do Rossário Timas Almeida	Contrato a Termo	Assistente Graduado	16	C
Daniel Marcos Sousa Lopes	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
Edson Flávio do Rosário Monteiro	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Emanuel dos Santos Ribeiro	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
Eoceno da Cruz Ramos	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Eurides Ramos Costa b)	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
Eva Filomena Ferreira Duarte Duarte Soule	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
Francisco António Fortes Borges	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Guilherme Jorge de Oliveira e Silva St'Aubyn	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
Henrique Manuel Rendall Évora a)	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
João Augusto Vieira. Baptista	Contrato a Termo	Assistente	100	A
João Manuel Lizardo	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
José Alberto Moreira Tavares	Contrato a Termo	Assistente	100	A
José António Soares Gomes a)	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
José Luís Costa Neves	Contrato a Termo	Assistente	100	A
José Manuel Lima Ramos	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
Jose Pedro da Luz	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
Luis de Pina Fernandes	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
Manuel Eduardo Fortes Tavares Almeida	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
Manuel Vicente Anastácio Silva	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
Mara de Castro Abu-Raya	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Natalina Sousa Silva	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Nelson Jorge Silva Urbano	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Neusa Augusta Santos Almeida	Nomeação definitiva	Assistente Graduado	16	C
Neusa de Fátima Lima Pinheiro	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
Nuno Duarte Almeida	Nomeação definitiva	Assistente	16	A
Paula Cristina Ramos Neves	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Robert Constantin Spencer	Nomeação definitiva	Assistente	16	B
Rui Patrício Correia Motta Freitas	Contrato a Termo	Assistente	100	A
Sônia Gomes de Sousa Ramos	Nomeação definitiva	Professor Auxiliar	17	B
Yamila Garcia Fernandez	Contrato a Termo	Assistente	100	A

Notas: a) Em licença sem vencimento de longa duração;

b) Em comissão ordinária de serviço (Vice-Reitor da Uni-CV)

2. Lista de Pessoal Técnico

Nome	Tipo de Vínculo	Cargo/função	Refª	Escalão
Ivone Maria Lopes da Cruz Mariano	Contrato por tempo indeterminado	Técnico Superior	13	B
João de Deus Moreira Soares	Contrato a termo	Técnico Adjunto	11	A
Manuel de Jesus Mota	Contrato por tempo indeterminado	Técnico Adjunto	12	A
Maria José Dias Almeida	Contrato por tempo indeterminado	Técnico Adjunto	11	B
Silvano Santos Fortes	Contrato por tempo indeterminado	Técnico Adjunto Principal	12	E
Teodora Inês Fonseca Évora	Contrato por tempo indeterminado	Técnico Adjunto	11	A

3. Lista de Pessoal Administrativo e Auxiliar

Nome	Tipo de Vínculo	Cargo/função	Refª	Escalão
Adriano José dos Santos	Contrato a termo	Guarda	1	B
António Bernardino Sousa	Contrato a termo	Guarda	1	A
Arlinda Delgado Alves	Contrato por tempo indeterminado	Cozinheira	1	D
Arlindo Monteiro Delgado	Contrato por tempo indeterminado	Electricista	5	E
Belarmino Zacarias Andrade	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	C
Carlos Jorge Soares de Moraes	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	F
Eduarda Maria dos Santos Monteiro Pires	Contrato por tempo indeterminado	Assistente Administrativo	6	A
Eloisa Helena Neves Delgado	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Elsa Maria Váz do Rosário	Contrato por tempo indeterminado	Assistente Administrativo	6	A
Fátima dos Santos Alves	Contrato por tempo indeterminado	Assistente Administrativo	6	B
Fredson Soares dos Reis da Luz	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Georgina Victória Dias	Contrato por tempo indeterminado	Cozinheira	2	C
Helena Maria Lima Vieira	Contrato por tempo indeterminado	Oficial Principal	9	E
Ilda Delgado Alves	Contrato por tempo indeterminado	Lavadeira	1	E
João Gaudêncio Évora	Contrato a termo	Guarda	1	B
João José Bento	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	C
João José da Cruz Monteiro	Contrato por tempo indeterminado	Auxiliar Administrativo	2	G
José Adelaide da Cruz	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	E
José António Bento	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	D
José Manuel Fortes	Contrato a termo	Guarda	1	A
Manuel da Cruz Fortes da Graça	Contrato por tempo indeterminado	Condutor Auto Pesados	4	D
Marcelina Maria Silva da Cruz Pinheiro	Contrato por tempo indeterminado	Tesoureira	8	G
Maria Antónia Rocha Monteiro	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Maria de Jesus Silvestre	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Maria Isabel Lima	Contrato por tempo indeterminado	Auxiliar Administrativo	2	D
Maria Madalena Soares dos Reis	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	D
Olimpio da Luz	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	D
Paulino Rodrigues Silva	Contrato por tempo indeterminado	Operário Qualificado	7	E
Paulo Estevão Fortes	Contrato por tempo indeterminado	Condutor Auto Pesados	4	D

Anexo C: Lista do Pessoal do extinto INAG que transita para a Universidade de Cabo Verde**1. Lista de pessoal técnico**

Nome	Tipo de Vínculo	Categoria	Refª	Escalão
Ana Nadine Lopes Furtado Mendonça	Contrato a termo	Técnica Superior	13	A
Inácio Conceição Mota da Vera Cruz	Contrato a termo	Técnico Superior	13	A
Jose Luís de Melo Modesto	Contrato a termo	Técnico Profissional	8	A

2. Lista de pessoal administrativo e auxiliar

Nome	Tipo de Vínculo	Cargo/função	Refª	Escalão
Ana Amarante	Contrato a termo	Oficial Administrativo	8	A
Anastácia Rodrigues Mendes	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Carmem Gomes de Oliveira	Contrato por tempo indeterminado	Oficial Administrativo	8	B
Cláudia Sofia Varela Fernandes	Contrato por tempo indeterminado	Auxiliar Administrativo	2	B
Eufrozina de Jesus Mendes Garcia	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	B
Francisca Mendes Lopes	Contrato a termo	Jardineira	1	A
Francisco Maria Gonçalves	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	B
Isabel Lopes Afonso	Contrato por tempo indeterminado	Ajudante Serviços Gerais	1	C
José António Freire Barreto	Contrato por tempo indeterminado	Guarda	1	B
Maria Manuela Mendes Oliveira	Contrato por tempo indeterminado	Auxiliar Administrativo	2	B
Valdira Paula dos Reis Borges	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	A
Walter Gabriel Marques	Contrato a termo	Ajudante Serviços Gerais	1	D

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

EXTRACTO DE DELIBERAÇÃO N.º 10/CSMP/2008

De 9 de Setembro 2008

Nomeando a Licenciada em Direito, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Andrade Nogueira, para em conformidade com os art.ºs 18.º n.º 3 al. a), 29.º n.º 1, 31, n.ºs. 1 e 2 e 56 n.º 1 al. a), todos da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, conjugados com o artigo 13.º n.º 2 al. a) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e o artigo 8.º n.º 1 al. a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, exercer definitivamente, o cargo de Procuradora da República de 3.ª classe, esc. A, índ. 140, do quadro da Magistratura do Ministério Público, com colocação na Procuradoria da República da Comarca de 2.ª Classe de São Filipe, devendo, por urgente conveniência de serviço, iniciar funções no dia 1 de Outubro de 2008, independentemente do Visto e publicação do *Boletim Oficial*.

EXTRACTO DE DELIBERAÇÃO N.º 11/CSMP/2008

De 9 de Setembro 2008

Nomeando a Licenciada em Direito, Dr.ª Mara Sanira Teixeira Gomes, para em conformidade com os art.ºs 18.º n.º 3 al. a), 29.º n.º 1, 31, n.ºs. 1 e 2 e 56 n.º 1 al. a), todos da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, conjugados com o artigo 13.º n.º 1 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e o artigo 8.º n.º 1 al. a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, exercer, provisoriamente, o cargo de Procuradora da República de 3.ª classe, esc. A, índ. 140, do quadro da Magistratura do Ministério Público, com colocação na Procuradoria da República da Comarca de 2.ª Classe de São Nicolau, devendo, por urgente conveniência de serviço, iniciar funções no dia 1 de Outubro de 2008, independentemente do Visto e publicação do *Boletim Oficial*.

EXTRACTO DE DELIBERAÇÃO N.º 12/CSMP/2008

De 9 de Setembro 2008

Nomeando o Licenciado em Direito, Dr.º Manuel António Livramento da Lomba, para em conformidade com os art.ºs 18.º n.º 3 al. a), 29.º n.º 1, 31, n.ºs. 1 e 2 e 56 n.º 1 al. a), todos da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, conjugados com o artigo 13.º n.º 1 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e o artigo 8.º n.º 1 al. a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, exercer, provisoriamente, o cargo de Procurador da República de 3.ª classe, esc. A, índ. 140, do quadro da Magistratura do Ministério Público, com colocação na Procuradoria da República da Comarca de 2.ª Classe do Sal, devendo, por urgente conveniência de serviço, iniciar funções no dia 1 de Outubro de 2008, independentemente do Visto e publicação do *Boletim Oficial*.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 3.01.01.02 - Pessoal do Quadro da Procuradoria da República - Ministério da Justiça. - (Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Outubro de 2008).

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 3 de Novembro de 2008. - O Secretário Judicial, *José Luís Varela Marques*.

—oço—

MUNICÍPIO DO MAIO

Câmara Municipal

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 38, II Série de 8 de Outubro de 2008, a deliberação da Câmara Municipal,

<http://kiosk.incv.cv>

referente à nomeação em comissão de serviço de Mateus de Jesus Costa Silva na carga de Chefe de Secção de Urbanismo e Obras, pelo que, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Técnico profissional de nível II

Dotação inscrita no 03.01.01.01

Deve ler-se:

Técnico profissional de nível III

Dotação inscrita no 03.01.01.02

Câmara Municipal do Maio, aos 10 de Outubro de 2008. - O Secretário Municipal, *Ilegível*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Câmara Municipal

DELIBERAÇÕES

De 18 de Julho de 2008

Elísio António Pina Tavares, contratado para, em regime de contrato individual de trabalho a termo, exercer nos termos previstos no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 360.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de Outubro, que aprova o Código Laboral Caboverdiano, e artigo 36.º, n.º 3 alínea b) do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, as funções de condutor auto de ligeiro, referência 2, escalão A, da Câmara Municipal de São Domingos.

O referido contrato tem a duração de 12 meses, com efeito a partir da data da publicação do seu extracto no *Boletim Oficial* com a menção de que foi visado pelo Tribunal de Contas.

Os encargos resultantes deste acto têm cobertura orçamental no código 03.01.01.03 - Remunerações Certas e Permanentes - Pessoal Contratado do Orçamento do Município de São Domingos para o Ano Económico de 2008. - (Visado pelo Tribunal de Contas, em 13 de Outubro de 2008).

—oço—
De 12 de Setembro

Alfredo Frederico Gonçalves, técnico superior, referência 14, escalão B do quadro privativo do Município de São Domingos, nomeado para, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, e alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, exercer o cargo de Director do Gabinete de Estudos, Planeamento do Desenvolvimento Municipal, Concepção e Coordenação da Implementação de Projectos da Câmara Municipal de S. Domingos, nível IV.

Luís Filipe Andrade Furtado Mendonça, Bacharelato em Contabilidade, nomeado nos termos e ao abrigo do Decreto - Lei n.º 5/98, de 9 de Março, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal de São Domingos.

Aniceto Frederico Gonçalves Tavares, técnico superior, referência 13, escalão A do quadro privativo do Município de São Domingos, nomeado para, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, e alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, exercer o cargo de Director Municipal do Desenvolvimento Social Económico e Cultural da Câmara Municipal, nível III.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 15 de Outubro de 2008).

5EAC00D4-5BFA-4A66-B4EA-C9945AA847A7

Emanuel da Veiga Lopes Ribeiro, licenciado em Economia e Gestão, nomeado provisoriamente para, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 28.º, n.º 2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho (PCCS), exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, com efeitos a partir da publicação do presente acto.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 22 de Outubro de 2008).

A despesa tem cabimentação na dotação inscrita no código 03.01.01.02 do Orçamento Municipal Vigente.

Câmara Municipal de São Domingos, aos 3 de Novembro de 2008.
— Pelo Director dos Recursos Humanos, *Boaventura Alves Silva*.

—o—

MUNICÍPIO DO SAL

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 5 de Agosto de 2008:

José Lourenço Rosário Lopes, técnico adjunto de verificador tributário, referência 9, escalão D, do quadro da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças, nomeado, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de

Junho, para, nos termos do artigo 92.º, n.º 2, d), da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 5/98, de 9 de Março, exercer as funções de secretário Municipal da Câmara Municipal do Sal, a partir do próximo dia 13 de Agosto do corrente ano de 2008.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 03.62.01.02, do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Outubro de 2008).

De 30 de Setembro:

Albertino Ana dos Reis, major, na reserva, nomeado nos termos do artigo 108.º, n.º 2 da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o artigo 14.º alínea b) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de assessor do Presidente da Câmara Municipal do Sal, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2008.

Mário Rui Fortes Lélis, oficial administrativo, referência 9, escalão A, nomeado nos termos do artigo 108.º, n.º 2 da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o artigo 14.º alínea b) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de assessor do Presidente da Câmara Municipal do Sal, com efeito a partir de 1 de Outubro de 2008.

As despesas têm cabimento orçamental no código 03.60.01.02 do orçamento de 2008. — (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Câmara Municipal do Sal, aos 30 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Jorge Eduardo St' Aubin de Figueiredo*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, n.º 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 210\$00